

Ainda difícil o acordo interno

22 SET 1992

ESTADO DE SÃO PAULO

Será preciso renegociar a dívida de Estados e municípios com o governo federal. As normas para reescalonamento, fixadas em lei do ano passado, perderão vigência no final do ano. Segundo a previsão inicial, governadores e prefeitos deveriam ter aderido às condições da rolagem até 31 de julho. A expectativa foi frustrada e agora se reconhece, no Ministério da Economia, a impossibilidade de qualquer solução antes de superada a crise política.

A renegociação deverá envolver tanto débitos mobiliários quanto contratados. São débitos contratados, por exemplo, os compromissos de Estados e municípios com a Caixa Econômica Federal (CEF), um saldo estimado em US\$ 14 bilhões. A parte mobiliária, cerca de US\$ 10 bilhões, corresponde aos títulos emitidos por Tesouros, para financiamento de gastos públicos. A emissão desses papéis, em volumes enormes, acabou minando as condições financeiras de bancos estaduais.

Num quadro de recessão, com as finanças de Estados e municípios comprometidas pela perda de receita, a rolagem da dívida é a única idéia realista. Mas essa renegociação tem de implicar, como contrapartida, certos compromissos de administração financeira. O acerto da situação de Estados e municípios — alguns com razoável desempenho financeiro no primeiro semestre deste ano — tem de ser visto, naturalmente, como parte do ajuste das contas públicas.

A questão é especialmente complicada, para a equipe do Ministério da Economia, porque no próprio governo federal há desajustes muito importantes. O da Caixa Econômica é um bom exemplo. De imediato, o ministro Marcílio Marques Moreira já conseguirá um bom resultado se impedir qualquer uso político das instituições financeiras da União, enquanto não se resolver a crise do impeachment.